

Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de *Karl Marx's Theory of History: a Defense*, de G. A. Cohen

RICHARD W. MILLER*

Nas décadas de 1950 e 1960, a maior parte dos estudos anglo-americanos sobre Marx tinha como objetivo demonstrar que não valia a pena estudar suas teorias, exceto, talvez, como relíquias históricas. Acton, Berlin, Popper e Plamenetz são apenas alguns dos autores que argumentaram que as ideias de Marx eram muito confusas, obscuras, metafísicas ou, obviamente, equivocadas para merecerem investigações empíricas adicionais.

Na filosofia, Gerald Cohen tem sido uma liderança, provavelmente a mais importante, na conversão dessa tendência. Em uma série de artigos escritos nos últimos dez anos, Cohen tem definido e defendido – com graça, inteligência e bom humor que, juntos, são raros – as ideias de Marx empregando o melhor do aparato analítico da filosofia anglo-americana. Neles, esteve essencialmente discutindo pequenos fragmentos da teoria social de Marx. Logo, seu livro sobre a teoria geral de Marx a respeito da sociedade e da transformação social, *Marx's Theory of History: a Defense*, foi ansiosamente aguardado.

A habilidade, o estilo e a influência de Cohen fazem que seu livro provavelmente continue sendo por muitos anos a defesa de Marx mais lida entre os filósofos. O livro será particularmente útil para dois grupos de leitores. Aqueles que temem que as discussões favoráveis a Marx acabem por obscurecer suas teorias, tornando-as completamente implausíveis ou reduzindo-as a lugares comuns, encontrarão neste livro um contraexemplo efetivo. Já os leitores que possuem suas próprias interpretações de Marx perceberão que suas ideias serão enriquecidas,

* Professor da Cornell University, EUA.

elucidadas e estimuladas, mesmo que concluam que o livro de Cohen esteja completamente equivocado.

Determinismo tecnológico

Marx's Theory of History é, em geral, uma defesa constante de uma visão tecnológico-determinista de Marx. Defino “determinismo tecnológico” como uma ideia, segundo a qual a estrutura e a transformação social devem ser, em última instância, explicadas como adaptações ao progresso tecnológico. Com a profícua honestidade característica de seu livro, Cohen afirma:

O que defendo é um materialismo histórico antiquado, uma concepção tradicional, segundo a qual a história é, fundamentalmente, o crescimento do poder produtivo humano e que as formas de sociedade surgem e desaparecem conforme permitam ou impeçam esse crescimento [...] As forças produtivas desfrutam de uma primazia explicativa [...] Proponho o que se pode chamar de uma interpretação “tecnológica” do materialismo histórico (Cohen, 1978, p.29).¹

Enquanto oferece algumas considerações empíricas para sugerir que sua versão do determinismo tecnológico é uma teoria social válida, seu principal esforço é demonstrar que essa é a teoria do próprio Marx. De modo semelhante, procurarei me concentrar, nesta resenha, nas questões interpretativas.

O debate a respeito de Marx ser ou não um determinista tecnológico é a principal disputa teórica entre intelectuais e militantes favoráveis a Marx. A questão fundamental é a relação entre os aspectos tecnológicos e sociais da produção de bens materiais. Praticamente todos concordam com as linhas gerais da teoria de Marx sobre as instituições e os papéis sociais não diretamente envolvidos na produção material. As principais características das instituições políticas, jurídicas e ideológicas, juntamente com as ideias e práticas que elas legitimam, são, em grande medida, determinadas por sua função de preservação das relações sociais nas quais a produção material ocorre (por exemplo, senhor/escravo, capitalista/trabalhador assalariado). Mas como as relações de produção são explicadas? Embora a preocupação principal de Marx fosse a substituição das relações de

¹ Embora adote o rótulo “tecnológico”, Cohen se mostra relutante em admitir que sua teoria é “tecnológico-determinista”, já que esse tipo de teoria pode sugerir que a história independe da escolha das pessoas. Ele aponta: “À medida que o curso da história e, mais especificamente, o futuro da revolução socialista são inevitáveis para Marx, eles são inevitáveis não a despeito do que os homens possam fazer, mas em virtude do que, por serem racionais, estão predestinadamente obrigados a fazer” (Cohen, 1978, p.147). Ao chamar uma teoria de tecnológico-determinista, não pretendo negar que ela dê às ações, escolhas, aspirações e decisões humanas, incluindo aquelas de natureza política e ideológica, um papel fundamental na transformação social. Entretanto, tal fator essencial deve, em última instância, ser o resultado da busca de tecnologias mais avançadas. O determinismo tecnológico dá primazia explicativa ao tecnológico, não ao seu triunfo sobre o pensamento e aspirações humanos.

produção capitalistas pelas socialistas, ele foi muito menos claro a esse respeito e, por esse motivo, as controvérsias interpretativas foram se expandindo.

Segundo a visão determinista tecnológica, Marx acredita que as relações de produção são como são porque promovem a produtividade de acordo com a tecnologia disponível, e que as relações mudam porque surge uma nova tecnologia à qual não se adaptam. Dentro desse quadro teórico, a questão mais importante para um historiador que procura explicar as transformações sociais mais fundamentais é “como o novo arranjo se tornou o promotor da produtividade na sociedade como um todo?” Questões sobre como a mudança afeta os interesses específicos das diferentes classes e sobre qual poder as diversas classes possuem, embora cruciais para o entendimento de como a transformação ocorreu, são secundárias. Essa prioridade do tecnológico é acaloradamente debatida entre os historiadores simpáticos a Marx.

Como todos os debates sobre a interpretação de Marx, esse tem implicações importantes para a prática política. Regimes em muitos países com pouco avanço tecnológico, tais como Angola, Tanzânia e Afeganistão, recorrem aos marxistas para defender uma política de modernização tecnológica sem o estabelecimento do socialismo, com o pretexto de que isso é uma preparação necessária ao socialismo. O determinismo tecnológico é uma premissa importante para esses apelos. A ênfase tecnológico-determinista na produtividade também tem implicações pungentes para países como o Brasil e a África do Sul, onde o capitalismo faz a renda per capita avançar de vento em popa, a despeito da pobreza mais atroz, da degradação e da repressão. Isso não quer dizer que o socialismo possa, nesses países, ser melhor para o aumento da produtividade, mesmo que a pobreza seja eliminada. Uma interpretação tecnológico-determinista de Marx sugere um argumento marxista contra a luta imediata pelo socialismo nesses países. De fato, “o capitalismo ainda não é obsoleto aqui” é um argumento defendido pelos Partidos Comunistas, tanto aqueles orientados por Moscou como os que o são por Pequim.

A versão peculiar de Cohen do determinismo tecnológico e a qualidade da sua defesa fazem da publicação desse livro uma intervenção importante nesses debates. Aqueles que defendem uma interpretação tecnológico-determinista frequentemente defendem uma versão mais extrema do que a necessária. O marxista russo Plekhanov, o mais importante predecessor intelectual de Cohen, acreditava que a produtividade impunha uma restrição extremamente forte à transformação, à medida que uma sociedade não mudaria de um tipo básico para outro enquanto a antiga estrutura permitisse qualquer aumento na produtividade. Baseado nisso, ele condenou a demanda bolchevique pela revolução socialista como prematura.²

2 A apresentação clássica da interpretação de Plekhanov está em *The Development of the Monist View of History*. Trata-se da explicação mais perspicaz e convincente do determinismo tecnológico até o surgimento do livro de Cohen, permanecendo uma das melhores introduções a Marx, após quase um século de sua publicação. Lênin (1971, p.767-s) oferece um breve e claro resumo do lado bolchevique do debate sobre a Revolução de Outubro.

Como veremos, Cohen, ao contrário, admite que uma sociedade pode mudar antes que ela tenha alcançado qualquer aumento possível na produtividade. Segundo Avineri e Moore, Marx de fato acreditou que a tecnologia pudesse diretamente produzir a transformação social fundamental, sempre que essa transformação fosse possível. A antiga estrutura social perece por ineficiência, sem a necessidade de intensas lutas políticas e ideológicas.³ Cohen, ao contrário, admite que as lutas políticas e ideológicas podem ser essenciais para a destruição das relações sociais anteriores, embora esclareça que as lutas decisivas se devem, em última instância, aos resultados da obsolescência tecnológica das antigas relações.

Infelizmente, aqueles que defendem as versões mais moderadas do determinismo tecnológico geralmente produzem interpretações demasiadamente vagas para serem avaliadas, ou diluem o determinismo tecnológico em um conjunto de truísmos a respeito do fato de que a tecnologia influencia as transformações sociais e que as pessoas não refletem muito se não podem comer. Entre os filósofos que interpretaram Marx, Cohen é praticamente o único a defender uma versão do determinismo tecnológico moderada, mas digna desse nome, bem como clara o bastante para merecer o debate. Entre todos os escritores que perseguem o objetivo de interpretar as afirmações mais gerais de Marx sobre o curso da história, Cohen combina erudição, rigor conceitual e clareza em um grau extremamente alto. Mesmo não sendo claro em todos os pontos relevantes, ele consegue ser extraordinariamente claro no geral, dado o amplo caráter das ideias que está explicando. Se a versão de Cohen do determinismo tecnológico não for a teoria de Marx, este é um importante indício de que Marx não era um determinista tecnológico.

Na primeira parte deste trabalho, procurarei demonstrar que existem diferenças entre a interpretação de Cohen e os escritos de Marx. Em seguida, apresentarei uma interpretação alternativa, que é materialista, na medida em que concede primazia a processos por meio dos quais os bens materiais são produzidos, mas não tecnológico-determinista.

A interpretação de Cohen

O livro de Cohen inicia com uma enorme epígrafe de uma página e meia em espaço simples, parte do Prefácio de Marx à *Contribuição à crítica da economia política* (1859). Nessa conhecida passagem, o texto central do determinismo tecnológico, Marx afirma que:

As relações de produção correspondem a um estágio específico de desenvolvimento das suas forças de produção materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui [...] a base real sob a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política.

³ Ver Avineri (1971, especialmente p.174-220), e Moore (1975). Dois ensaios que contestam sua interpretação são: Gilbert (1976) e Miller (1975), este sobre Moore.

Mais precisamente, a correspondência e a inter-relação ocorrem em situações sociais relativamente estáveis:

Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em seus entraves. Ocorre, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura.

O livro de Cohen é, na verdade, um longo comentário sobre essa epígrafe extremamente significativa (confesso que não apresentei esta sentença central na sua totalidade). Cohen frequentemente cita passagens d'*O capital*, das *Teorias da mais-valia*, dos *Grundrisse* e d'*A ideologia alemã*, mas constantemente retorna à sentença inicial do Prefácio, o centro de gravidade do seu livro.

Na visão de Cohen, as forças produtivas são os meios de criação e utilização dos bens materiais, meios que são necessários para enfrentar as exigências físicas do processo produtivo (Cohen, 1978, p.32). As matérias-primas, as ferramentas, a força de trabalho, o conhecimento científico e organizacional, tudo isso integra as forças produtivas, se utilizado apropriadamente. O conhecimento organizacional de um operário é uma força produtiva se for utilizado para lidar com as demandas físicas da produção de aço, mas não se for utilizado para reforçar a necessidade social de manutenção da disciplina do trabalho (Cohen, 1978, p.33). O nível de desenvolvimento das forças produtivas é a produtividade da força de trabalho quando ela é utilizada eficientemente (Cohen, 1978, p.56).

A história, na interpretação de Cohen, é basicamente a história da correspondência e do conflito entre as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção. Essas relações de produção são “relações de poder efetivo sobre as pessoas e as forças produtivas” que governam os processos de produção (Cohen, 1978, p.63). A classe social à qual pertence uma pessoa é determinada por seu lugar nas relações de produção. Por exemplo, o controle sobre sua própria força de trabalho, combinado com a falta de controle sobre os meios de produção ou sobre a força de trabalho de outros, são os determinantes fundamentais da condição proletária. A soma das relações de produção de uma sociedade constitui sua estrutura econômica. As estruturas econômicas são classificadas segundo as relações de produção, nas quais se encontram os participantes diretos na produção (por exemplo, escravos, proletários). A “relação dominante que une os produtores imediatos” (Cohen, 1978, p.78), tal como o trabalho assalariado no capitalismo, determina sua característica fundamental.

Após esmiuçar e ilustrar essas definições com grande habilidade, Cohen as utiliza para apresentar sua versão de Marx. “As forças produtivas tendem a se

desenvolver ao longo da História” (Cohen, 1978, p.134). As transformações fundamentais das forças produtivas são, em grande medida, embora não inteiramente, independentes das influências das relações de produção. Sua origem principal é o desejo de pessoas racionais de superar a escassez natural (Cohen, 1978, p.134-s, p.152-s, p.65f-s). Logo, não existe uma “dialética do ziguezague entre as forças e as relações, na qual nenhuma das duas é prioritária” (Cohen, 1978, p.138).

“As forças selecionam as estruturas de acordo com a capacidade destas últimas de promoverem o desenvolvimento” (Cohen, 1978, p.135). “(A natureza de um conjunto de relações de produção é explicada pelo nível do desenvolvimento das forças produtivas, que são abarcadas por aquelas numa extensão muito maior do que a relação inversa)” (Cohen, 1978, p.134). Em uma sociedade relativamente estável, “as relações de produção possuem o caráter que possuem porque, em virtude desse caráter, promovem o desenvolvimento das forças produtivas” (Cohen, 1978, p.248). Em tal sociedade, as instituições não econômicas fazem, em grande medida, parte de uma superestrutura que “possui o caráter que possui porque, em virtude desse caráter, confere estabilidade às relações de produção” (Cohen, 1978, p.248). Ou, de qualquer modo, os traços mais importantes da estrutura econômica e sua superestrutura podem ser explicados essencialmente desse modo (Cohen, 1978, p.163). Conforme o nível das forças produtivas aumente no interior de uma estrutura econômica inicialmente estável, alcança-se um ponto no qual as antigas relações de produção “não correspondem ao desenvolvimento das forças” (Cohen, 1978, p.161). Por essa razão, tais relações mudam. “A estrutura econômica correspondente surge em resposta às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas” (Cohen, 1978, p.162). A superestrutura segue o mesmo caminho. Mais precisamente, esse processo de adaptação às forças produtivas em expansão é a origem da transformação social fundamental, a partir de causas internas, diferentemente de causas externas, como invasões (Cohen, 1978, p.177).

As explicações de Cohen sobre as “forças produtivas” e as “relações de produção” são precisas e detalhadas, o que lhe permite refutar cuidadosamente muitos argumentos conhecidos da teoria social marxista que, em geral, são completamente vagos. Entretanto, em dois aspectos importantes, a exposição da sua interpretação é, tal como se coloca, insatisfatória, seja por ser confusa, seja por violar as instruções explícitas de Marx.

Em que ponto as relações de produção param de promover o desenvolvimento das forças produtivas e, na formulação de Marx, “convertem-se em seus entraves”? Como Cohen inicialmente assinala, um padrão muito rígido de impedimento seria requerido por uma leitura literal do Prefácio. As relações de produção entravam as forças produtivas apenas quando excluem todos os crescimentos da produtividade. Como ele brevemente observa, a teoria de Marx seria extremamente implausível se interpretada dessa maneira; ela se restringiria em dizer, por exemplo, que o feudalismo nunca seria derrocado enquanto permitisse qualquer crescimento da produtividade (Cohen, 1978, p.138-40). Cohen poderia ter acrescentado que esse

determinismo tecnológico rígido é igualmente conservador nas suas implicações em relação ao capitalismo: o capitalismo nunca mudaria antes de se tornar incapaz de realizar qualquer melhoria das forças produtivas.

A conclusão concernente ao feudalismo é historicamente absurda e Marx nunca insinuou o contrário. A conclusão concernente ao capitalismo despreza a visão de Marx de que a competição capitalista sempre estimulará algum progresso tecnológico,⁴ juntamente com o fato elementar de que Marx era socialista. É essencial, portanto, que Cohen ofereça uma versão alternativa àquela do entrave das forças produtivas na sua interpretação e defesa de Marx. É o que ele faz na prática. Na interpretação alternativa que ele frequentemente emprega, uma estrutura econômica entrava as forças produtivas quando alguma estrutura econômica alternativa consegue melhor promover o crescimento dessas forças. Uma estrutura econômica só sobrevive “desde que ela maximize o desenvolvimento contínuo do poder produtivo” (Cohen, 1978, p.175). Ela perece se as forças produtivas se desenvolverem melhor no interior de uma nova estrutura, mesmo que elas ainda pudessem se desenvolver, até certo ponto, no interior da antiga estrutura.

Infelizmente, Cohen oscila, no decorrer do seu livro, entre a concepção da estagnação absoluta do bloqueio e a da inferioridade relativa do bloqueio das forças produtivas. Ambas as noções são empregadas, por exemplo, na sentença que introduz um importante capítulo que discute as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. Entretanto, Cohen sempre adota a segunda interpretação quando defende o determinismo tecnológico, considerando a teoria do entrave implausível na primeira interpretação. Presumo que a segunda interpretação é a central.

O outro problema importante na definição da versão de Cohen do determinismo tecnológico diz respeito ao seu esquema para distinguir as diferentes características fundamentais das estruturas econômicas. Tais distinções são importantes para a sua interpretação, já que um dos seus atrativos é a sua relativa despreensão: apenas as principais características da estrutura social e da transformação são consideradas para serem explicadas por ela. Cohen propõe que “a relação dominante que conecta os produtores imediatos” (Cohen, 1978, p.28) define a característica fundamental de uma estrutura econômica. Mas “dominante”, nesse caso, é um termo demasiadamente vago para os seus propósitos. A leitura natural do termo “do ponto de vista estatístico predominante” não serve. Marx estava consciente de que os produtores imediatos na Inglaterra do século XVI e do Baixo Império Romano eram pequenos camponeses proprietários,⁵ mas trata as respectivas economias como de tipos essencialmente diferentes.

4 “A burguesia não pode existir sem constantemente revolucionar os instrumentos de produção” (MARX, 1973, p. 111). “A indústria moderna jamais encara e trata as formas existentes de um processo como finais” (MARX, SD., p. 457).

5 Cf. Marx (1973b, p. 476 seg., p. 487); e Marx (SDa, p. 671).

O próprio Marx oferece, explícita e enfaticamente, uma tipologia diferente. “A diferença fundamental entre as diversas formas econômicas da sociedade [...] encontra-se apenas no modo pelo qual [...] o trabalho excedente é, em cada caso, extraído do produtor real, ou seja, o trabalhador” (Marx, SDa, p.209).⁶ Logo, a característica fundamental de uma estrutura econômica é determinada pelo modo principal por meio do qual os produtores imediatos são despojados do uso completo da sua produtividade, e não pela principal relação de produção entre os produtores imediatos como um todo. Assim, a Roma de Augusto e a Inglaterra de Henrique VIII são essencialmente diferentes, como deveriam ser em qualquer interpretação de Marx. No primeiro caso, o trabalho excedente é, em grande parte, extraído por intermédio da propriedade de escravos, ao passo que no segundo, por intermédio da subordinação política de agricultores e artesãos livres. Cohen reconhece a existência desta tipologia alternativa e cita as passagens pertinentes, não apresentando qualquer razão para adotar a sua própria. No restante desta resenha, utilizarei a tipologia da extração do excedente, que considero a melhor e a mais marxista.

A evidência dos textos. Cohen demonstra com enorme erudição que sua interpretação é informada por numerosas passagens de Marx. Sem dúvida, algo como a teoria da história de Marx. Mas sua interpretação é extremamente controversa quando é claramente tecnológico-determinista.

A ideia geral do determinismo tecnológico é de que a história é o relato de como as formas sociais se transformam para facilitar o crescimento na produtividade das forças produtivas. Uma interpretação tecnológico-determinista particular de Marx deve responder a três questões, de modo a conceder primazia às forças produtivas: o que determina o caráter das relações sociais de produção em sociedades relativamente estáveis? Como a mudança ocorre entre as próprias forças produtivas? O que determina a temporalidade e a direção da transformação nas relações de produção? Os traços caracteristicamente tecnológico-deterministas da interpretação de Cohen podem ser resumidos em suas respostas a essas três questões. Em primeiro lugar, a característica fundamental de uma estrutura econômica estável é explicada pelo fato de que essa característica promove melhor o crescimento da produtividade, conforme as forças produtivas disponíveis. Em segundo lugar, transformações importantes entre as forças produtivas são, essencialmente, o resultado do desejo e da habilidade de superar a escassez natural. Em suma, elas não dependem da influência de fatores não derivativos da estrutura econômica, ou dos processos comerciais, políticos e ideológicos causados pela estrutura econômica. (Defino “elementos não derivativos” como aqueles que não podem ser explicados como os melhores meios de promoção da produtividade). Em terceiro lugar, se deixarmos de lado as influências externas, a instabilidade social fundamental é o resultado do desenvolvimento de novas forças produtivas, que fazem que um novo tipo de

6 Cf. também Marx (SDa, p. 791).

estrutura econômica seja um meio melhor para o crescimento da produtividade. A instabilidade prossegue até que a nova estrutura econômica, mais bem adaptada às novas forças, seja estabelecida. Essas três ideias são claramente resumidas na observação: “as forças selecionam as estruturas de acordo com sua capacidade de promover o desenvolvimento” (Cohen, 1978, p.162).

Marx, ao escrever sobre a história, viola esses três princípios característicos do determinismo tecnológico de Cohen. A história, tal como Marx explica, não se adapta a um modelo, no qual as estruturas econômicas sobrevivem por fornecerem produtividade máxima; as forças produtivas desenvolvem-se autonomamente ou a transformação das forças produtivas (no sentido em que Cohen emprega o termo) é a origem fundamental da mudança social em geral. Isso não quer dizer apenas que Marx admita exceções a essas regras, mas que as explicações que vão na direção contrária a essas regras são tantas e tão basilares a ponto de invalidá-las.

Será conveniente começar com a ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas como um todo é autônomo. Todos consideram as partes históricas do primeiro volume de *O capital* como o paradigma da prática de Marx como um historiador da economia. Nessas passagens, Marx descreve como o feudalismo foi inicialmente substituído pelo capitalismo na Grã-Bretanha. Aqui estão alguns episódios cruciais da história da transformação de um tipo básico de estrutura econômica em outro, no curso de três séculos. Em todos eles, a estrutura econômica, assim como os processos comerciais e políticos que ela engendra, possui um papel independente, influenciando de modo crucial as transformações das forças produtivas.

A antiga nobreza é “devorada pelas grandes guerras feudais” e substituída por uma nova nobreza de patrocinadores mercantis das dinastias rivais (Marx, SDA, p.673). Sob a liderança dessa nova nobreza, grandes proprietários de terra responderam às demandas continentais por lã, por meio da expropriação dos seus arrendatários, convertendo as propriedades dos camponeses em pasto (Marx, SDA, p.673). Essa transformação não ocorreu por haver tornado a produção agrícola mais eficiente. Métodos bastante tradicionais de criação de ovelhas simplesmente se tornaram mais lucrativos para os proprietários de terra. O fluxo de ouro do Novo Mundo provocou o aumento da inflação, assim como o aumento dos preços dos produtos agrícolas, fazendo que os camponeses menos pobres que possuíam contratos de longo prazo e poder para defendê-los na justiça se tornassem agressivos fazendeiros capitalistas (Marx, SDA, p.695). Na manufatura,

A descoberta de ouro e prata na América, a expropriação das minas, a escravidão e o extermínio das populações aborígenes, o início da conquista e do saqueio das Índias Ocidentais, a transformação da África num entreposto para a caça comercial de negros [apenas: “desenvolvimento das forças produtivas aperfeiçoadas”!] sinalizou a rósea aurora da era da produção capitalista (Marx, SDA, p.703).

Os comerciantes ricos que se beneficiaram dessa pilhagem utilizaram seus novos recursos financeiros para montar suas empresas de manufaturas, muitas vezes empregando refugiados desesperados do capitalismo no campo. Os enormes recursos financeiros desses comerciantes foram cruciais para o surgimento da manufatura, por razões não tecnológicas. Era comercialmente arriscado montar empresas de um novo tipo para servir a novos mercados. Na maior parte dos ramos produtivos, vários trabalhadores assalariados precisavam ser empregados em uma empresa para que o empresário retivesse um excedente total atraente, após o pagamento de pelo menos um salário de subsistência a cada um dos trabalhadores (Marx, SDa, p.292-305).

Esses episódios não relatam a história completa da ascensão do capitalismo, tal qual apresentada por Marx, mas constituem uma parte bastante significativa. Com o tempo, a ascensão do capitalismo incluiu aumentos substanciais na produtividade, por intermédio da consolidação dos proprietários de terra e da economia de escala do sistema fabril. Porém, as transformações cruciais das forças produtivas não são autônomas. Para explicar essa transformação paradigmática no nível das forças produtivas, processos comerciais e políticos são tão importantes quanto o desejo geral de superar a escassez material por meio de melhorias tecnológicas (como veremos, para Cohen, que adota um sentido restrito de forças produtivas, as novas relações de trabalho no sistema fabril não constituem uma força produtiva, embora de um ponto de vista mais amplo elas o sejam. Entretanto, o emprego mais restrito resultará extremamente inapropriado para uma interpretação de Marx).

Para onde quer que olhemos nas histórias econômicas de Marx, as relações de produção e os processos que elas engendram possuem um papel fundamental e independente na explicação das transformações das forças produtivas. A única discussão extensa de Marx da transformação tecnológica, em um sentido relativamente restrito do termo “tecnológico”, é a sua explicação da nova dependência em relação à maquinaria na Revolução Industrial. Aqui, Marx concede aproximadamente a mesma ênfase à maior eficiência da produção das máquinas, bem como às suas vantagens sociais para o capitalista, como um meio de reduzir salários, ampliar a jornada diária de trabalho e introduzir certas disciplinas de trabalho, mediante a destruição da margem de barganha dos trabalhadores especializados (Marx, SDa, p.407-8; 410). Ao discutir as origens de uma divisão de trabalho mais detalhada e interdependente (certamente, a influência mais fundamental sobre o subsequente desenvolvimento das ferramentas), Marx sugere que o contato e a troca entre os grupos sociais, e não a tentativa de aumentar a produtividade, foi a sua causa (Marx, SD, p.91-s; p.332-s). A influência central sobre a formação da tecnologia na Antiguidade tardia, a ascensão das aristocracias que empregavam o trabalho escravo em larga escala, é delineada por Marx para os efeitos domésticos da expansão pela conquista, para o crescimento do comércio e para o poder

do dinheiro de “dissolver” as relações sociais tradicionais (Marx, 1973b, p.487; 493-5; 506).⁷

Quando nos deslocamos da questão de como as forças produtivas se transformam para a questão sobre como elas formam estruturas econômicas estáveis, a discrepância entre a visão do determinismo tecnológico e a visão de Marx é ainda mais gritante. Segundo o determinismo tecnológico, o caráter fundamental de uma estrutura econômica existe por melhor desenvolver as forças produtivas. Marx, ao contrário, descreve tanto a escravidão quanto o feudalismo como estruturas mantidas pelo poder de uma classe economicamente dominante, a despeito de uma alternativa factível, talvez mais produtiva. Marx geralmente descreve a aristocracia feudal, quando o feudalismo floresceu, como um entrave ao desenvolvimento da tecnologia, uma “nobreza de ladrões organizados” (Marx, 1972, p.46), cuja obsessão econômica se revela no prestígio por meio do consumo (Marx, 1973b, p.507).⁸ Do mesmo modo, a tendência principal das grandes propriedades escravocratas do mundo antigo é regressiva, já que o desprezo aristocrático dos senhores pela tecnologia combinava-se com a resistência que os escravos tinham em realizar novas e complexas tarefas (Marx, SDa, p.191). Em ambos os casos, o trabalho da produção se concentra na “agricultura de pequena escala e no trabalho paralelo de pequenos artesãos independentes” (Marx, SDa, p.316). O feudalismo e a escravidão não persistem porque as forças produtivas seriam mais fracas se os agricultores e artesãos eliminassem os aristocratas feudais ou escravocratas. A tendência geral dos comentários de Marx aponta para uma direção contrária. Elas persistem porque os agricultores e os artesãos não dispunham dos meios (principalmente da unidade e da disciplina sobre grandes áreas geográficas) para derrotar o poder da aristocracia. Na verdade, Marx considera o feudalismo e a escravidão como triunfos essencialmente militares, mais do que produtivos. “Se os próprios seres humanos são conquistados, juntamente com a terra e o solo [...] eles são igualmente conquistados para servirem como condições de produção e, desse modo, dão origem à escravidão e à servidão” (Marx, 1972, p.491).⁹

Uma terceira assertiva teórica peculiar que Cohen atribui a Marx é que as transformações sociais fundamentais resultam basicamente das transformações nas forças produtivas. Consequentemente, seria de esperar que Marx descrevesse com frequência as transformações das forças produtivas em sua explicação sobre

7 Cf. também Marx (SDa, p.132).

8 Cf. também Marx (SDa, p.672).

9 É claro que os senhores feudais e escravocratas podem incrementar a produção, forçando seus trabalhadores a trabalhar mais arduamente. Mas o nível de desenvolvimento das forças produtivas não deve ser medido por sua produção total, e sim por sua produção potencial por homem-hora, quando empregadas eficientemente. De qualquer modo, a lembrança dos elementos coercitivos da estrutura econômica e da superestrutura política não conforta o determinista tecnológico, que está comprometido com a visão de que as características básicas da estrutura e da superestrutura são ditadas pelas necessidades das forças produtivas. Segundo essa visão, tais características funcionam independentemente para excluir estruturas e superestruturas essencialmente diferentes.

como o feudalismo se tornou instável e deu lugar ao capitalismo. Em meu esboço anterior acerca do relato de Marx sobre essas transformações, mencionei diversas transformações das forças produtivas em um sentido amplo do termo, segundo o qual a organização do trabalho artesanal em fábricas e a organização em grande escala do trabalho agrícola em propriedades rurais, nas quais predominava a monocultura, são forças produtivas. Porém, Cohen adota um uso relativamente restrito, segundo o qual tais fatores não são forças produtivas. Esse uso restrito permite que Cohen chame sua interpretação de “tecnológica” (Cohen, 1978, p.29) sem ludibriar seus leitores. Entretanto, tal estratégia é contraditória. Nas explicações paradigmáticas de Marx sobre as transformações de um tipo particular de economia para outro, sua história da ascensão do capitalismo, as transformações das forças produtivas possuem, em sentido estrito, apenas um papel menor.

Quando Cohen determina o que pode ou não ser considerado força produtiva, enfatiza dois critérios: uma força produtiva é *usada* na produção e ela pode ser *apropriada*. Aplicando esses critérios, ele exclui das forças produtivas aquilo que Marx chama de “modos de cooperação” e o que Cohen denomina “relações de trabalho [...] relações que unem os produtores envolvidos na produção material, concebida abstratamente em relação aos direitos e poderes que eles desfrutam em relação aos outros” (Cohen, 1978, p.111).

Na verdade, é extremamente inconveniente dizer que “ele usa e possui uma relação de trabalho, em particular a especialização interdependente de artesãos numa fábrica de relógios”, e não muito inconveniente dizer que “ele usa e possui uma força produtiva, em particular, um torno”. No entanto, o uso comum pode ser um mau guia na interpretação de “força produtiva”. Marx explicita e inoportunamente afirma, como reconhece Cohen, que o óleo lubrificante e os navios a vapor são forças produtivas. De qualquer modo, o critério do “uso e da propriedade” não corresponde à proposta explícita de Marx, mas à interpretação de Cohen. A validade dessa interpretação, que tende a reduzir as forças produtivas à tecnologia concebida de maneira estrita, depende do seu grau de aproximação da prática de Marx como historiador e das suas afirmações gerais como teórico.

Quando Marx descreve as transformações da produção que iniciaram a ascensão do capitalismo, está pensando quase que exclusivamente na generalização de certas relações de trabalho, uma transformação que, por sua vez, não se baseia nas inovações tecnológicas fundamentais para Cohen. A produção de artesãos em oficinas pequenas, independentes e especializadas é substituída pela “manufatura”, a produção de muitos artesãos interdependentes de diversas especialidades, reunida em um único local. A plantação de diversas lavouras em pequenos lotes familiares é substituída por monoculturas em grandes lotes. As transformações tecnológicas quase não são mencionadas. De fato, as descrições gerais de Marx do papel das transformações tecnológicas na ascensão do capitalismo, em oposição às transformações das relações de trabalho, são explicitamente antitecnológicas. Ele afirma, n’*O capital*:

Com relação ao modo de produção, a manufatura, em seu sentido restrito, mal se distingue, em seus estágios iniciais, do comércio de artesanato das corporações, a não ser pelo maior número de trabalhadores empregados simultaneamente por um único capitalista. A oficina do mestre artesão medieval é simplesmente expandida (Marx, SDa, p.305).

No *Manifesto*, a avaliação de Marx da mudança do modo de produção feudal para o capitalista é uma descrição de como a atividade comercial produziu mudanças nas relações de trabalho:

A organização feudal da indústria, sob a qual esta era monopolizada por corporações fechadas, já não satisfazia às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão de trabalho dentro da própria oficina (Marx, 1973a, p.110).¹⁰

Marx muitas vezes insiste em que o desenvolvimento e o subsequente entrave das forças produtivas é o que inicia as transformações sociais fundamentais. Mesmo que Cohen tenha corretamente definido o escopo das “forças produtivas”, Marx transgride dramaticamente esse princípio em seus textos históricos. A não ser que Marx tivesse uma enorme capacidade de incoerência, ele deve ter usado a expressão em um sentido mais amplo.

A interpretação estrita do “uso e propriedade”, que tende a restringir as forças produtivas ao estritamente tecnológico, além de não corresponder à prática histórica de Marx, entra em conflito surpreendente com diversas passagens, nas quais ele explicitamente classifica modos de cooperação como forças produtivas. Por exemplo, n’*A ideologia alemã* ele afirma:

Por social entendemos a cooperação de diversos indivíduos, não importa sob quais condições, de que modo e para qual fim. Segue-se disso que certo modo de produção ou estágio industrial está sempre combinado com certo modo de cooperação ou estágio social, sendo esse mesmo modo de cooperação uma “força produtiva”.

10 Cohen menciona a referência de Marx aos métodos aperfeiçoados de cultivo n’*O capital* como um importante recurso a fim de moldar a explicação de Marx da ascensão do capitalismo ao determinismo tecnológico. Mas o comentário de Marx é apenas uma breve referência. A transformação tecnológica que ele menciona é inundada por outras transformações históricas mais amplas e até mesmo na própria passagem citada por Cohen: “A revolução nas condições da propriedade rural foi acompanhada por uma melhoria dos métodos de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc.” (Marx, SDa, p.700).

Além disso, a infinidade de forças produtivas acessível aos homens determina a natureza da sociedade (Marx, 1972, p.50).

Marx também denomina “o poder social [...] que surge em virtude da cooperação de diferentes indivíduos, enquanto determinada pela divisão do trabalho” como uma força produtiva (Marx, 1972, p.54). Nos *Grundrisse*, contemporâneos até certo ponto ao Prefácio, Marx afirma sobre os grupos de trabalhadores que “A unificação de suas forças aumenta sua força de produção” (Marx, 1973b, p.528). Também se refere à “associação de trabalhadores – a cooperação e a divisão de trabalho” – como uma capacidade produtiva “[uma tradução alternativa de ‘*Produktivkraft*’, no lugar de ‘força produtiva’, que é o termo geralmente empregado] do trabalho (Marx, 1973b, p.585), assim como à força produtiva que surge da combinação social” (Marx, 1973b, p.700). N’*O capital*, Marx se refere à “força social que é desenvolvida quando muitas mãos participam simultaneamente de uma mesma e única operação”. “Nesse caso, não temos apenas um aumento do poder produtivo do indivíduo mediante a cooperação, mas a criação de um novo poder, a saber, o poder coletivo das massas” (Marx, SDa, p.308-s).¹¹ De fato, Marx dedica dois longos capítulos à análise dos modos de cooperação, descrevendo-os insistentemente como forças produtivas (Marx, SDa, p.312, 315-6, 340, 344).

A questão da inclusão das relações de trabalho entre as forças produtivas não se reduz a um mero problema de definição. A história das relações de trabalho é, obviamente, governada em grande parte pela busca do controle social, da disciplina do trabalho e das vantagens comerciais. Uma tese geral no sentido de que o desenvolvimento dessas forças produtivas é, em grande parte, o resultado autônomo do esforço para superar a escassez natural por meio da aplicação do conhecimento sobre fatores físicos é, à primeira vista, inteiramente implausível. Porém, para Cohen, a primazia da batalha contra a natureza é a essência da primazia das forças produtivas. “Os homens constroem a história porque [...] precisam de tempo e ação para vencer a natureza” (Cohen, 1978, p.23). Uma atividade é “produtiva”, de modo que aquilo que nela é utilizado possa ser uma força produtiva, “apenas se sua necessidade é baseada nos fatos físicos da situação” (Cohen, 1978, p.34).

De fato, o prestígio dos escritos de Marx entre os militantes confere à questão da definição das “forças produtivas” uma importância política contemporânea enorme. Se a transformação das relações de trabalho, e não da nova tecnologia, pode ser o meio pelo qual as forças produtivas dissolvam as antigas estruturas econômicas, então as teorias gerais de Marx não sugerem que o progresso tecnológico seja um meio necessário, ou mesmo efetivo, para que um regime promova uma região tecnologicamente atrasada na direção do socialismo.

11 Como, em geral, “poder” e “força” são traduções alternativas de “*Kraft*”.

Ao desenvolver minha própria interpretação alternativa à de Cohen, adotarei uma leitura mais ampla das “forças produtivas”. Tais forças consistem em atividades, ferramentas e materiais, por meio dos quais os bens materiais são criados e tornados úteis, desde que a existência dessas atividades, ferramentas e materiais não implique, por si só, direitos e poder de controle sobre as pessoas e as coisas. Essa concepção corresponde à descrição de Marx dos “fatores elementares do processo de trabalho” n’*O capital*: “1. a atividade pessoal do homem, isto é, o próprio trabalho; 2. o sujeito desse trabalho; 3. seus instrumentos” (Marx, SDA, p.174). Ela também descreve aquilo que Cohen chama de “modo de produção material” (Cohen, 1978, p.79).¹²

Uma hipótese alternativa

Existe uma imagem familiar de Marx como um historiador extraordinário, cujas teorias gerais se distanciaram enormemente das suas percepções históricas, em virtude seu envolvimento na política. Se as afirmações teóricas mais gerais de Marx tornassem necessária a interpretação de Cohen, teríamos motivos para apoiar esse diagnóstico. Porém, há ainda dois modos por meio dos quais podemos unir as afirmações mais teóricas de Marx às suas explicações históricas. A primeira, que apresentarei nesta seção, corresponde a todas as afirmações teóricas gerais de Marx e quase que à totalidade das suas explicações específicas. Segundo essa perspectiva, as estruturas econômicas possuem grande independência causal, enquanto o crescimento das forças produtivas (no sentido amplo e não tecnológico) permanece a base para as transformações internas. Trata-se da teoria geral da história com a qual Marx explicitamente se compromete. A segunda teoria, que apresentarei na próxima seção, corresponde a todas as suas explicações específicas, bem como, em grande medida, à quase totalidade das suas afirmações mais gerais, se não inteiramente. Trata-se de uma versão ampliada da primeira teoria, segundo a qual o crescimento das forças produtivas não é apenas a única causa interna das transformações. Esta é a teoria que, na prática, guiou Marx em seus escritos históricos. Concluirei com uma especulação sobre a razão da pequena, mas significativa, disparidade que permanece entre as afirmações gerais de Marx sobre a história e suas explicações históricas específicas nesta interpretação.

Na visão de Marx, uma estrutura social estável e uma transformação social radical estão ambas fundamentadas, em última instância, no modo de produção,

12 Cohen propõe incluir entre as forças produtivas não as próprias relações de trabalho, mas o “conhecimento dos modos de organização das relações de trabalho” (1978, p.112), o que destoa da sua prática usual. Ele não consideraria excluir as máquinas, mas incluir seus projetos. Tal proposta não é muito beneficiada pelo “uso e propriedade”. É no mínimo estranho dizer que alguém possui o conhecimento de que os grupos de trabalho podem aumentar a produção. Ela se afasta da clara identificação que Marx faz da cooperação como força produtiva, não ajudando a localizar as transformações cruciais nas forças produtivas, pois as pessoas na Alta Idade Média – de fato, já no Egito Antigo – já possuíam o conhecimento das formas de cooperação que existiam na Inglaterra no século XVII.

nas atividades, equipamentos e relações materiais e sociais por meio das quais os bens materiais são produzidos. O modo de produção inclui as forças produtivas, no sentido que Cohen lhes atribui, [e] as forças produtivas, de acordo com a minha interpretação mais ampla, tais como as relações de trabalho e as relações sociais de produção. Embora o conceito de modo de produção não tenha um papel fundamental na interpretação de Cohen, ele é abundantemente utilizado nas afirmações gerais de Marx sobre a história, incluindo um trecho notável do Prefácio: “O modo de produção da vida material condiciona os processos da vida social, política e intelectual em geral”.

Diferentes características do modo de produção são primárias, dependendo do que está sendo explicado: as características de uma sociedade estável ou a ocorrência e direção da transformação. No caso das sociedades estáveis, a característica fundamental da estrutura econômica é primária; no caso da transformação social, são as forças produtivas (no sentido amplo).

As características mais importantes de uma sociedade relativamente estável são, em grande medida, explicadas pelas necessidades e poderes do que Marx chamou de “classe dominante”, o grupo na estrutura econômica que, mediante o controle das forças produtivas, controla, sobretudo, o produto excedente dos participantes diretos na produção.¹³ Em virtude do controle da classe dominante sobre o excedente, as instituições políticas e ideológicas operarão para manter a estrutura econômica, ao menos à medida que ela beneficie essa classe.¹⁴

Esse quadro explicativo das características de uma sociedade estável cria um problema premente quando o assunto é a transformação social, o que é ainda mais premente para um revolucionário como Marx. Se uma sociedade é dominada por uma classe dominante que combina o poder econômico, o político e o ideológico, como é que processos internos à sociedade transformam sua estrutura econômica em outro tipo básico, marcado pela supremacia de uma classe diferente?

Com respeito a essa questão da transformação, as forças produtivas são primárias. Tal como Hegel antes, Lênin depois e cientistas incessantemente engajados, Marx trata a questão da primazia como algo concernente ao problema abordado.

13 Minha interpretação, como a de Cohen, está direcionada a sociedades, nas quais a divisão de classes já apareceu. Em seus raros comentários sobre as sociedades pré-classes, Marx enfatiza a influência determinante da luta constante do grupo contra a natureza sem a ajuda de um arsenal substancial de ferramentas. Os dois fatores para a transformação que ele menciona como iniciadores das divisões de classe são a conquista e uma divisão mais estrita do trabalho, estimulada pela troca com outros grupos. Nenhum desses dois fatores aparece na teoria de Cohen sobre as forças produtivas. Cf. Marx (1973b, p.471-513); e também Marx (SDa, p.91-s, p.332-s).

14 *A ideologia alemã* contém inúmeras descrições claras e gerais sobre o domínio da classe dominante; por exemplo, “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante numa sociedade é, ao mesmo tempo, sua força intelectual dominante. A classe que possui os meios de produção material a sua disposição detém, ao mesmo tempo, o controle sobre os meios da produção mental, de modo que, em geral, as ideias daqueles que não possuem os meios da produção mental estão submetidos a ela” (Marx, 1972, p.64). “O Estado é a forma por meio da qual os indivíduos da classe dominante asseguram seu interesse comum” (Marx, 1972, p.80).

Uma estrutura econômica relativamente estável permite que as pessoas usem novos tipos de forças produtivas ou empreguem velhos tipos em grande quantidade, à medida que elas demandam maior controle sobre os bens materiais. Essa possibilidade de transformação pode ter consequências revolucionárias imprevisíveis. Embora admitidas, as forças produtivas auxiliares podem vir a ser bloqueadas, à medida que a estrutura econômica antiga não encoraje seu uso efetivo, diferentemente de uma nova. Por exemplo, como os empresários eram bastante conscientes na Inglaterra do século XVII, o alto investimento fixo exigido pela agricultura em grande escala ou pela construção de uma fábrica era desencorajado pelo risco de que o investimento pudesse não dar em nada, em virtude da concessão a algum favorito da corte e de um monopólio real. Em um determinado momento, os entraves impostos às forças produtivas puderam ser quebrados e uma estrutura econômica nova e mais adequada pôde se estabelecer em virtude de fatores quantitativos ou qualitativos, geralmente ambos. Quantitativamente, pode ser que as novas forças produtivas sejam muito mais produtivas em uma nova estrutura econômica, de modo que uma classe que domine a nova estrutura possa organizar uma revolução bem-sucedida contra a classe dominante, baseada em uma expectativa generalizada de um bem-estar maior. Qualitativamente, pode ser que as novas forças produtivas – em particular, as novas relações de trabalho – sejam de um tipo que conceda à classe não dominante um novo poder de controle do excedente, independentemente do aumento potencial da dimensão do produto social. Marx concede aproximadamente a mesma ênfase aos fatores quantitativos e qualitativos em sua explicação sobre como o socialismo triunfará. As profundas depressões industriais e as guerras cada vez mais violentas, características do capitalismo avançado, limitam a capacidade da sociedade de proporcionar bem-estar material com as forças produtivas que o capitalismo desenvolvera. Ao mesmo tempo, a unidade em grande escala, a disciplina e a coordenação produzidas pelas relações de trabalho capitalistas concedem pela primeira vez aos trabalhadores a capacidade de apoderar-se e controlar as forças produtivas.¹⁵

Os membros típicos de uma classe subordinada querem melhorar seu bem-estar, seu poder e suas oportunidades, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos à classe dominante. Porém, como os entraves restringem o desenvolvimento das forças produtivas, eles limitam as possibilidades de aperfeiçoamento, no interior da antiga estrutura econômica, de uma classe subordinada, cujo *status* depende do desenvolvimento dessas forças. Como vimos, as transformações das

15 Ambos os fatores são enfatizados nas famosas descrições do triunfo do socialismo no *Manifesto comunista* (Marx, 1973a, p.119) e n' *O capital* (Marx, SDA, p.715). Marx enfatiza o fator quantitativo em sua explicação sobre a ascensão da burguesia, que havia sido internamente bem organizada na sociedade feudal, mas precisava de relações com grupos maiores, criadas pela promessa de liberação das restrições feudais sobre a produção. Ele enfatiza o fator qualitativo em sua descrição de como a aristocracia greco-romana se oginou em virtude das vantagens competitivas de fazendas maiores, em uma economia agrícola voltada para o comércio [*Engl.: cash-crop economy*].

forças produtivas que resultam desse entrave podem, ao mesmo tempo, conceder à classe subordinada uma nova habilidade para transformar a sociedade, atacando a superestrutura que mantém a antiga estrutura econômica, estabelecendo uma nova estrutura sem entraves, presidida por essa classe. Como esse processo envolve a superação dos entraves sobre as novas forças produtivas, a nova sociedade será mais produtiva que a antiga. Em resumo, a transformação ocorre quando as forças produtivas se desenvolvem de tal modo que a) a antiga estrutura econômica inibe seu uso efetivo posterior, produzindo um novo motivo para uma transformação estrutural e b) as bases econômicas do poder de classe são transformadas, possibilitando que uma classe anteriormente subordinada inaugure uma nova estrutura econômica sob seu domínio, melhor adaptada às forças produtivas.

Por uma questão de mera conveniência, chamarei a interpretação que acabei de esquadrihar de “interpretação do modo de produção”. Resumi anteriormente a interpretação tecnológico-determinista de Cohen, listando suas respostas a três questões sobre estabilidade e transformação. A diferença entre essas interpretações se reflete nas diferentes respostas que elas fornecem.

Segundo a interpretação do modo de produção, o caráter da sociedade estável é explicado pela dominação econômica da classe dominante. Em si, essa afirmação não é apenas perfeitamente compatível com a interpretação de Cohen, mas está, na verdade, implícita nela. Só que existe outro elemento no determinismo tecnológico ausente da interpretação do modo de produção: a suposição de que uma estrutura econômica estável atue melhor na promoção da produtividade do que qualquer outra estrutura alternativa. Estruturas econômicas alternativas, ao menos tão produtivas quanto a que triunfa, podem ser eliminadas por incapacidades que resultam da situação de classe das pessoas que estariam totalmente aptas à produção material. Isso está de acordo com as abordagens de Marx do feudalismo e da escravidão. No que se refere, por exemplo, à produtividade, uma estrutura dominada por artesãos e camponeses poderia ao menos ter sido tão efetiva quanto a estrutura econômica feudal. Porém, unidade e disciplina coletiva sobre grandes áreas geográficas teriam sido necessárias para por em cheque os benefícios que os senhores obtinham do excedente que controlavam. As relações sociais dos camponeses, ao focar as lealdades no interior da família e do vilarejo, garantiram que a solidariedade de classe necessária para esse processo não ocorresse (Marx, 1972, p.45).¹⁶

Segundo o determinismo tecnológico, o desenvolvimento das forças produtivas é, em grande medida, o resultado autônomo de uma tendência humana geral de utilizar a tecnologia para superar a escassez natural. A interpretação do modo de produção não faz essa afirmação, seja do ponto de vista da utilização ampla das “forças produtivas” que essa interpretação geralmente emprega, seja do ponto de vista da utilização restrita, característica do determinismo tecnológico. O

16 Cf. também Marx (1973a, p.114-9); e Marx (SDa, capítulo 32).

vai-e-vem dialético que essa interpretação permite entre as transformações nas forças produtivas e os processos sociais não derivativos é requerido por todas as discussões concretas que Marx faz sobre as principais transformações das forças produtivas. Além disso, por não adotar uma tendência geral para o avanço tecnológico predominantemente independente das forças sociais, a interpretação do modo de produção considera a possibilidade de que uma estrutura econômica possa engendrar poderes e atitudes que excluam aumentos substanciais de produtividade. Tal possibilidade está presente na explanação de Marx sobre a Índia e a China antigas (Marx, 1973b, p.486).¹⁷

Na interpretação tecnológico-determinista, o que inicia a mudança social radical é a transformação das forças produtivas, concebidas de um modo tecnológico relativamente restrito. A subsequente era das revoluções finaliza com uma sociedade que atingiu um índice ótimo de produtividade, dadas as novas forças produtivas. Na interpretação do modo de produção, as transformações das forças produtivas iniciam a transformação social. Porém, as forças produtivas são concebidas de um modo mais amplo e incluem as relações de trabalho. A explicação paradigmática de Marx da transformação social, sua discussão sobre a ascensão do capitalismo, exige essa leitura ampla. Além disso, a nova sociedade não precisa atingir um grau de produtividade máxima. Ao superar os entraves na produção, ela será mais produtiva que a antiga. Mas novas alternativas, ao menos tão produtivas quanto a triunfante, podem ser eliminadas por diferenças de poder baseadas em diferenças históricas na situação de classe. Essa é a possibilidade implícita na discussão de Marx sobre a sociedade feudal e a escravocrata.

Uma interpretação que une a visão geral de Marx da história com praticamente todas as suas explicações históricas específicas é, certamente, preferível a uma interpretação que o reduza à metade. Argumentei que a interpretação do modo de produção é preferível por esse motivo. Ademais, ela se adapta melhor a várias assertivas gerais de Marx do que a interpretação do determinismo tecnológico, bem como é compatível com as demais.

A primeira descrição detalhada de Marx da sua teoria da história encontra-se n' *A ideologia alemã*, onde ele e Engels inauguram seu mais importante resumo dos temas que Cohen retoma com a sentença: “A forma da relação determinada pelas forças produtivas existentes em todos os estágios históricos precedentes, que por sua vez as determina, é a sociedade civil” (Marx, 1972, p.57). Nesse caso, a “sociedade civil” significa incontestavelmente relações sociais de produção. Inicialmente, ela é apresentada como um parceiro casual das forças produtivas, não como sua subordinada.

Ao mesmo tempo que Marx silenciosamente fez com que o Prefácio não fosse publicado, ele encorajou – e muitas vezes supervisionou – durante toda a sua vida a reedição do *Manifesto comunista*. Nesse texto, as afirmações gerais

17 Cf. também Marx (SDa, p.140 e 330).

sobre a história enfatizam o aspecto social da produção e não dão primazia ao tecnológico. Elas são resumidas pela sentença que introduz o esquema de Marx da história mundial: “A história de todas as sociedades até agora existentes é a história da luta de classes”.

O trabalho teórico de Marx foi dominado pela escrita d’*O capital*. Essa obra contém proposições gerais sobre a natureza e a transformação da sociedade, que convidam a uma leitura não tecnológico-determinista. Por exemplo:

A forma econômica específica, por meio da qual o trabalho não remunerado é extraído dos produtores diretos, determina a relação entre governantes e governados, à medida que cresce diretamente da própria produção, reagindo sobre ela [isto é, sobre a própria produção], como um elemento determinante. Entretanto, sobre essa base é fundada toda a formação da comunidade econômica [...] e, simultaneamente a ela, sua forma política específica. Ela [...] revela o segredo mais íntimo, a base oculta de toda a estrutura social (Marx, SDb, p.791).¹⁸

Entre as proposições gerais citadas por Cohen como respaldo à sua interpretação, o Prefácio é o mais importante e extremamente representativo. Ao demonstrar como o Prefácio pode ser moldado à interpretação do modo de produção, espero ter fornecido ao leitor interessado os meios de adaptação do restante da evidência textual que, para Cohen, “demonstra” (Cohen, 1978, p.xi) que Marx era um determinista tecnológico.

Grande parte do Prefácio é obviamente compatível com as duas interpretações. Duas sentenças resistem à interpretação do modo de produção. Em um determinado ponto, Marx diz que “nenhuma formação social perece antes que todas as forças produtivas que nela possuem lugar tenham se desenvolvido”. Interpretada na sua literalidade, essa proposição não encontra lugar na interpretação do modo de produção. Entretanto – e Cohen é consciente disso –, ela tampouco encontra lugar no julgamento sensato de Marx, que não acreditava que o capitalismo, ou mesmo o feudalismo, fosse incapaz de qualquer progresso tecnológico no momento da sua morte. Essa frase, assim como outras semelhantes, presentes na crítica de Marx a Proudhon, deve ser uma afirmação hiperbólica sobre o fato de que uma formação social é viável, desde que não iniba o desenvolvimento das forças produtivas, que são ameaçadas quando o entrave se estabelece. Tal afirmação é parte de ambas as interpretações.

Marx introduz o resumo das suas noções da história com a seguinte sentença: “Na produção social de suas vidas, os homens entram [...] em relações de produção que correspondem a um estágio determinado do desenvolvimento das suas

18 Cf. também Marx (SDa, p.209) e o resumo da ascensão do capitalismo em Marx (1968, t. I, p.389) – obra que na verdade constitui o quarto volume d’*O capital*.

forças produtivas materiais”. Cohen está correto ao observar que essa proposição dá algum tipo de primazia às forças produtivas. Isso está correto no contexto, já que não há nenhuma afirmação subsequente sobre a correspondência entre forças produtivas e relações de produção. Mas essa primazia necessita ser do tipo requisitado pela interpretação do determinismo tecnológico?

Segundo a interpretação do modo de produção, as forças produtivas (no sentido *amplo*) possuem um papel único no causar da mudança social fundamental. No que se refere aos fatores internos de uma sociedade, o que provoca a mudança da soma das relações de produção de um tipo fundamental para outro são as transformações das forças produtivas. As transformações das relações ocorrem quando os entraves sobre as forças produtivas são superados. Isso é claramente exprimido ao dizermos que as relações de produção características de uma sociedade correspondem (isto é, resultam do ajuste da sociedade) ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Nesse caso, o movimento fundamental da causalidade vai em uma direção. No geral, não se pode dizer que as transformações das forças produtivas são causadas por transformações das relações de produção. As relações sociais, preservadas pelo domínio da classe dominante sobre a superestrutura, constituem o aspecto relativamente estático da produção, ao passo que as forças produtivas constituem o aspecto relativamente fluido. Transformações do segundo são a origem básica de transformações do primeiro, e não o inverso.

Como vimos, existem diversos desenvolvimentos sociais que não derivam das forças produtivas e que possuem um impacto crucial sobre as forças produtivas. Mas essas transformações não são, em regra, mudanças das próprias relações de produção. Trata-se frequentemente de novas necessidades e oportunidades comerciais ou de novas pressões competitivas que surgem da perseguição ao lucro, determinada pelas antigas relações de produção. Por exemplo: o desenvolvimento de mercados continentais de lã ou a exploração, por parte dos camponeses ricos, dos preços inflacionados de alimentos e aluguéis fixos. Além disso, muitas transformações das forças produtivas são, obviamente, o resultado do uso do conhecimento humano para superar a escassez natural. O determinismo tecnológico não está totalmente errado. Finalmente, ainda há casos nos quais novas relações de produção encorajam transformações das forças produtivas de modo relativamente direto. Tal influência direta operou na Revolução Industrial à medida que as máquinas foram introduzidas pelos manufatureiros capitalistas para destruir as vantagens de barganha dos trabalhadores remunerados especializados. Essas mesmas pressões não existiam nas oficinas das corporações. Ainda assim, o impacto das transformações nas relações é apenas parte da história de por que as forças se transformam. O impacto das transformações das forças é a história fundamental de por que as relações mudam.

A passagem central de Cohen do Prefácio, juntamente com os comentários autobiográficos que a introduzem, enfatiza a preocupação primordial de Marx,

tanto política como intelectual, com as causas da transformação social em grande escala. Diante dessa ênfase, é inteiramente apropriado, do ponto de vista da interpretação do modo de produção, que Marx falasse de uma correspondência das relações ao desenvolvimento das forças, mas não *vice-versa*, no curso dos esboços preliminares da sua visão fundamental.¹⁹

Uma visão mais ampla

A interpretação do modo de produção tenta fornecer explicações de todas as proposições gerais de Marx sobre a transformação histórica e de quase todas as suas explicações de episódios históricos específicos. Entretanto, Marx às vezes oferece explicações específicas que sugerem uma visão ainda mais ampla da história, de acordo com a qual o crescimento das forças produtivas, definidas de modo amplo, não constitui a única fonte interna da mudança fundamental.

Os *Grundrisse*, de fato as notas preparatórias de Marx para *O capital*, contêm um caso especialmente claro sobre esse tipo de explicação, bem como uma descrição bastante geral do tipo de mecanismo de transformação do qual essas explicações dependem. Nesse texto, Marx examina a transformação da antiga sociedade romana, composta por fazendas domésticas independentes, para uma sociedade caracterizada por profundas divisões de classe entre não escravos (Marx, 1973b, p.487; 493-5; 506). Sua hipótese é a de que a estrutura econômica mais antiga se manteve mediante os meios que garantiram sua posterior destruição. Com o crescimento da população, novas famílias adquiriram fazendas, como resultado das conquistas e da colonização, aumentando a quantidade de terras, escravos e tributos. Esse processo de expansão conferiu um poder cada vez maior aos fazendeiros ricos, que dominaram o exército e a administração dos recursos públicos. Além disso, eles se beneficiaram especialmente com o crescimento do comércio produzido pela expansão territorial, já que os fazendeiros ricos eram mais bem equipados para ajustar sua produção às demandas do mercado. Finalmente, os fazendeiros em melhores condições econômicas utilizaram seu controle acumulado sobre as terras, os escravos e o aparato político para se tornarem a nova classe dominante de grandes proprietários de terras. Outros fazendeiros se tornaram seus arrendatários explorados, quando não foram inteiramente apropriados. “Assim”, conclui Marx, “a preservação da antiga comunidade inclui a destruição das condições sobre nas quais ela se apoia, tornando-se seu contrário” (Marx, 1973b, p.494).

19 A passagem a qual Cohen, assim como muitos outros pesquisadores de Marx, constantemente retorna é parte de uma pequena referência autobiográfica, que se segue a uma modesta sentença introdutória (não citada por Cohen): “O resultado geral ao qual cheguei e que, uma vez formulado, serviu como guia para meus estudos, pode ser resumido da seguinte maneira”. Não consigo pensar em nenhum outro importante teórico, cuja teoria geral seja frequentemente reconstruída, em grande medida, por meio da leitura cerrada de uma breve formulação, inserida em uma nota autobiográfica de um prefácio.

O Prefácio, bem como diversas outras proposições gerais sobre a história, considera as contradições entre a estrutura econômica e as forças produtivas o ponto de partida das transformações. Porém, nessa explicação da transformação no mundo antigo, as contradições no interior da antiga estrutura econômica são, em si, suficientes para provocar a transformação. A antiga estrutura econômica é mantida por meio de processos que, em última instância, a destróem, excetuando as transformações das forças produtivas, mesmo no amplo sentido do termo. Com efeito, Marx distingue explicitamente esse tipo de processo de transformação, no qual a manutenção da agricultura doméstica através da conquista resulta autodestrutiva, do processo de transformação através do crescimento da produção. Após a passagem citada sobre a preservação da antiga comunidade que se transforma em seu oposto, ele acrescenta:

Se fosse possível pensar que a produtividade de uma mesma terra pudesse ser incrementada pelo desenvolvimento das forças produtivas etc. (justamente os aspectos mais lentos da agricultura tradicional), então a nova ordem incluiria combinações de trabalho, uma grande parte do dia gasto na agricultura etc., e, desse modo, novamente modificaria as antigas condições econômicas da comunidade (Marx, 1973b, p.494).

Nesse caso, o crescimento das forças produtivas é uma fonte alternativa imaginável, mas improvável, da transformação econômica fundamental.

As hipóteses de Marx sobre o mundo antigo exigem uma perspectiva mais ampla do que a do Prefácio. No entanto, a estrutura social e a transformação social estão baseadas no modo de produção. Ao mesmo tempo, as instituições de uma sociedade estável são os meios de preservação do controle da classe dominante. Da mesma forma, a transformação interna fundamental ocorre porque o modo de produção como um todo encoraja os processos que, finalmente, fornecem a um grupo social a capacidade e a aspiração para destruí-lo e criar um novo. No entanto, esse processo de autodestruição pode assumir duas formas. Como no Prefácio, as forças produtivas podem crescer até encontrar entraves. De outro lado, a estrutura econômica pode se conservar por intermédio das relações de poder sobre as pessoas e as forças produtivas que, depois de algum tempo, permitem a um grupo acumular poder para refazer a sociedade. Como essas relações de poder (por exemplo, o controle coletivo por parte dos não escravos dos meios para adquirir novas terras e escravos para a agricultura doméstica) são, elas próprias, uma parte da estrutura econômica, poder-se-ia considerar a transformação de uma estrutura econômica como o resultado do conflito com ela mesma, assim como com as forças produtivas. Denominarei essa visão da história como a interpretação mais ampla do modo de produção.

Embora a discussão nos *Grundrisse* sobre as divisões de classe na Roma Antiga sejam excepcionalmente claras e detalhadas a esse respeito, inúmeras outras passagens também recorrem ao mecanismo da transformação característico da visão mais ampla da história. Uma versão bastante condensada da discussão dos *Grundrisse* já pode ser encontrada n' *A ideologia alemã* (Marx, 1972, p.44). O *Manifesto comunista* descreve o surgimento do capitalismo como, em última instância, conflitos autodestrutivos inerentes à estrutura econômica feudal. Servos fugitivos formam a base de uma burguesia urbana que se une aos monarcas na expansão do comércio internacional e da colonização, em um processo que fortalece de tal modo a burguesia que ela pode dominar e transformar a sociedade (Marx, 1973a, p.109, 82-5).

Nos *Grundrisse* como um todo, uma discussão longa e autossuficiente sobre as estruturas econômicas pré-capitalistas (Marx, 1973b, p.471 e 515) é dominada pela ideia de que o conjunto total das relações sociais de produção pode determinar a direção da transformação social, incluindo transformações dessas mesmas relações. A possibilidade de que essas relações possam, em última instância, transformar a si próprias é formulada, em termos gerais, em ao menos três passagens (Marx, 1973b, p.487; p.493 e a passagem supracitada da p.494).

N' *O capital*, as explicações de alguns episódios cruciais da transformação econômica insinuam a interpretação mais ampla do modo de produção, visto que esses episódios mencionam uma tendência autossolapadora de uma estrutura de controle embrionária sobre a produção. Inicialmente, a manufatura capitalista é caracterizada tanto por uma estrutura de controle capitalista sobre os prédios das fábricas e sobre as matérias-primas quanto por um controle operário sobre as ferramentas e o conhecimento técnico. Tal estrutura engendra lutas de classe, nas quais os capitalistas são impelidos a utilizar seu monopólio sobre o excedente de riqueza para criar uma nova estrutura industrial. No interior dessa nova estrutura, os trabalhadores são privados do seu antigo poder de barganha, já que utilizam a maquinaria controlada pelo capitalista, a qual exige relativamente pouco conhecimento técnico (Marx, SDa, p.4-7, 10). Em uma sociedade sem classes, organizada em comunidades independentes de agricultores, artesãos e comerciantes, podem surgir divisões de classe, quando o contato entre comunidades conduz a um aumento da dependência da produção em grande escala voltada para o comércio em vez da subsistência ou da troca em pequena escala (Marx, SDa, p.91 e 332). Finalmente, a tendência autodestrutiva da estrutura econômica feudal está implícita na descrição de Marx sobre o primeiro estágio da ascensão do capitalismo: “A antiga nobreza havia sido devorada pelas grandes guerras feudais. A nova nobreza era a filha de tempos nos quais o dinheiro era o poder de todos os poderes” (Marx, SDa, p.672).²⁰ A literal autodestruição da antiga aristocracia e o surgimento do apoio mercantil às grandes casas reais não resultaram do

20 Devo a Pat Clawson a indicação da importância teórica dessa frase.

crescimento produtivo, mas de uma tendência à guerra civil inerente à estrutura econômica feudal, na qual o excedente era extraído principalmente por meio do domínio sobre a terra e sobre os seus agricultores, pela força militar que grupos de famílias independentes possuíam.

Em um certo sentido, a teoria mais restrita nunca fez parte do cerne da visão de Marx da história. A razão da afirmação de que o crescimento produtivo é a única fonte interna fundamental da transformação é que apenas o crescimento produtivo e o seu entrave podem servir como um ponto de partida interno para a destruição da classe dominante. Porém, todos os argumentos de Marx existentes sobre esse assunto dirigem-se contra os esforços para localizar uma causa primária da transformação externa ao modo de produção, como, por exemplo, inovações culturais independentes ou triunfos militares.²¹ Marx nunca elaborou um argumento contra a possibilidade de que uma estrutura econômica pudesse ser inerentemente autodestrutiva em longo prazo. Quando ele exprime essa possibilidade pela primeira vez nos *Grundrisse*, é para defendê-la. A lógica do argumento de Marx não requer que as forças produtivas sejam primárias, quaisquer que sejam as conclusões às quais ele ocasionalmente possa chegar.

Qual é a teoria de história de Marx, a teoria mais ampla do modo de produção ou a mais restrita? Na prática, é a mais ampla. Quando Marx desenvolve uma explicação que parece adequar-se somente à teoria mais ampla, ele está preparado para adotá-la, a despeito dos aparentes conflitos com a mais restrita. De fato, em pelo menos uma passagem (Marx, 1973b, p.494), Marx reconhece, no caso em questão, que as explicações baseadas na tendência autodestrutiva de uma estrutura econômica podem ser superiores às explicações baseadas no crescimento das forças produtivas. Ao mesmo tempo, a teoria mais restrita é, sem dúvida, a teoria geral da história de Marx. Suas afirmações mais gerais sobre a natureza da história fazem do crescimento das forças produtivas a base da transformação.

A relutância de Marx em abandonar na teoria um modelo que não o restringisse na prática possivelmente resultou da sua crença em algum princípio geral relativo à transformação. Tal princípio pode ter sido a suposição de que a evolução social sempre envolve progresso, ao menos circunscrito a certo tipo. Essa equação entre evolução e progresso é requerida pela teoria mais restrita, segundo a qual a evolução sempre possibilita o crescimento produtivo. Porém, não é demandada pela teoria mais ampla, já que uma estrutura econômica, destruída por conflitos autoengendrados, não necessita originar uma sociedade mais produtiva. A transição do Império Romano ao feudalismo pode ter sido um caso concreto desse tipo de autodestruição sem progresso produtivo.

21 Como sempre, *The German Ideology* contém sínteses brilhantes dos argumentos decisivos. Ver, por exemplo, Marx (1972, p.64-8), sobre as transformações culturais, e p.89-s, sobre as conquistas militares.

Os comentários autobiográficos de Marx no Prefácio sugerem que a equação entre evolução e progresso fora extremamente útil para o seu próprio desenvolvimento. Tal equação guiou grande parte da melhor ciência social do seu tempo. Nesse sentido, é bastante razoável que ele possa ter relutado em adotar uma nova teoria da transformação, na qual a ideia de progresso não fosse tão central. Além disso, por estar utilizando uma noção bastante abrangente de forças produtivas, Marx pode bem ter esperado que as explicações que pareciam se afastar da teoria mais restrita do modo de produção pudessem se reconciliar com ela em uma análise posterior. Os problemas políticos do movimento dos trabalhadores, que sempre direcionaram seus interesses teóricos, não fizeram que Marx considerasse urgente se ocupar dessa expectativa, ou escolhesse entre a teoria mais ampla e a mais restrita, caso a reconciliação falhasse.

No final do século XX, ao contrário, a equação geral entre evolução social e progresso não é mais a hipótese de trabalho dominante da melhor ciência social. Tampouco o contexto político é o mesmo. Ao menos nos países chamados de “menos desenvolvidos”, um argumento frequente daqueles que se consideravam socialistas – e que eram contrários à luta imediata pelo socialismo – é que “as forças produtivas não estão maduras”. A princípio, esse argumento possui muito menos plausibilidade na teoria mais ampla do modo de produção do que na mais restrita. Segundo a teoria mais ampla, mesmo onde o capitalismo seja ainda materialmente tão produtivo quanto qualquer alternativa, ele poderá criar uma classe trabalhadora com a necessidade e o poder para derrubá-lo. Em suma, utilizar-se dos argumentos de Marx para prosseguir com a ambivalência entre as duas teorias não é mais uma boa desculpa.

Conclusão

Concentrei-me no papel das forças produtivas na história porque este é o tema, tanto do livro de Cohen quanto do debate central entre intérpretes favoráveis a Marx. Entretanto, mesmo aqueles que rejeitam a posição de Cohen aprenderão muito com o seu livro. Suas explicações sobre o que Marx quis dizer com “forças produtivas” e “relações de produção” são as mais claras, detalhadas e elegantes do que qualquer outra. Um sinal da riqueza do livro é que ele traz outras formulações extremamente úteis, às vezes oferecidas quase que de passagem, de ideias marxistas complexas (por exemplo, nas breves discussões sobre a mais-valia e a taxa de lucro na página 123).

Várias seções do livro são independentes do debate sobre as forças produtivas. Duas delas são especialmente originais e importantes. No último capítulo, Cohen apresenta um argumento inovador e convincente de que o capitalismo possui uma tendência característica em direção à expansão da produção, em vez da redução do trabalho, mesmo quando a opção de maior tempo de lazer é mais desejável para a maioria de nós. Nos capítulos 9 e 10, desenvolve uma análise e uma defesa geral da explicação funcional, posteriormente empregadas nas relações funcionais

entre a superestrutura política, a estrutura econômica e o desenvolvimento das forças produtivas. Argumentando contra as críticas lógico-positivistas típicas, Cohen procura demonstrar que as explicações funcionais são um tipo específico de explicação válida. Em seu argumento, adota o pressuposto positivista de que, para se constituírem em um tipo específico de explicação válida, as explicações funcionais devem relacionar os fenômenos baseando-se em leis gerais verdadeiras de um tipo específico. Alguns leitores poderão ver nisso uma concessão excessiva à oposição à defesa de Cohen da explicação funcional, o que acaba por enfraquecê-la de maneira desnecessária. Ainda assim, mesmo que sua análise possa ser insatisfatória, sua discussão desenvolve uma importante controvérsia que tem sido adiada há muito tempo.

Em seus argumentos centrais e discussões secundárias, Cohen toca em alguns dos debates mais interessantes da teoria social marxista. Certo ou errado, ele eleva o nível de cada um desses debates do qual toma parte.²²

Referências bibliográficas

- AVINERI, Shlomo. *The Social and Political Thought of Karl Marx*. London: Cambridge University Press, 1971.
- COHEN, Gerald. A. *Marx's Theory of History: a Defense*. London/New Jersey: Oxford University Press/Princeton University Press, 1978.
- GILBERT, Alan. Salvaging Marx from Avineri. In: *Political Theory*, n.4, 1976, p.9-34.
- LÊNIN, Vladimir. Our Revolution. In: *Collected Works in Three Volumes*. Moscou: Progress Publishers, 1971, t. III.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus-Value*. Moscow: Progress Publishers, 1968, t. I, p.389.
- _____. *The German Ideology*. New York: International Publishers, 1972.
- _____. "Communist Manifesto". In: Marx & Engels, *Selected Works in Three Volumes*. Moscow: Progress Publishers, 1973a.
- _____. *Grundrisse*. Tr. M. Nicolaus. New York: Vintage Books, 1973b.
- _____. *Capital*. Tomo I. Moscow: Progress Publishers, SDA.
- _____. *Capital*. Tomo III. Moscow: Progress Publishers, SDb.
- MILLER, Richard The Consistency of Historical Materialism. In: *Philosophy and Public Affairs*, n.4, 1975, p.390-409.
- MOORE, Stanley. Marx & Lenin as Historical Materialists. In: *Philosophy and Public Affairs*, n.4, 1975, p.171-97.

22 Este artigo foi escrito durante uma licença sabática e parcialmente financiado pela *Rockefeller Foundation Humanities Fellowship*. Sou grato aos editores e a Pat Clawson pelos comentários feitos a uma das versões preliminares deste trabalho.

Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de *Karl Marx's Theory of History: a Defense*, de Gerald A. Cohen

RICHARD W. MILLER

Resumo: O presente artigo constitui uma resenha crítica da obra *Karl Marx's Theory of History* (KMTH), de Gerald A. Cohen. A partir da apresentação e da problematização da noção de determinismo tecnológico presente em KMTH e alhures, são discutidas as principais teses formuladas por Cohen, principalmente aquela da primazia explicativa das forças produtivas. Em seguida, procura-se demonstrar as diferenças existentes entre a interpretação de Cohen do materialismo histórico e os escritos de Marx. Por fim, é apresentada uma interpretação do materialismo histórico alternativa àquela proposta por Cohen. Defende-se que essa interpretação alternativa é materialista – e não tecnológico-determinista –, na medida em que concede primazia aos processos pelos quais os bens materiais são produzidos.

Palavras-chave: determinismo tecnológico, materialismo histórico.

Abstract: The present article is a critical review of the work *Karl Marx's Theory of History* (KMTH), by Gerald A. Cohen. From the presentation and the problematization of the notion of technological determinism present in KMTH and elsewhere, the principal theses formulated by Cohen are discussed, principally the idea that prioritizes the explanation of productive forces. The article then attempts to demonstrate the differences between the interpretation of Cohen's historical materialism and Marx's writings. Finally, we present an alternative interpretation of historical materialism to that proposed by Cohen. The author defends that this alternative interpretation is materialist, and not technological-deterministic, in that it prioritizes the processes through which material goods are produced.

Keywords: technological determinism, historical materialism.

Louis Althusser e G. A. Cohen: uma confrontação

GRAHAME LOCK

Resumo: Este artigo compara o trabalho de dois dos mais importantes filósofos marxistas das últimas décadas: o anglo-saxão G. A. Cohen e o francês Louis Althusser. Para tanto,